

A ECONOMIA SOLIDÁRIA ENQUANTO POLÍTICA PÚBLICA: UMA ANÁLISE DO CASO DE MARICÁ (RJ)

THE SOLIDARITY ECONOMY AS A PUBLIC POLICY:
THE CASE OF THE MUNICIPALITY OF MARICÁ (RJ)

Iago Esturiação Mendes

Mestrando no Programa de Pós-Graduação em
Economia da Universidade Federal de Minas Gerais.
Faculdade de Ciências Econômicas.

E-mail: iago_esturiao@id.uff.br
 orcid.org/0009-0000-2261-7368

Recebido em: 20 de outubro de 2023.

Aceito em: 20 de novembro de 2023.

RESUMO

Neste trabalho, buscou-se explorar a concepção teórica e prática da economia solidária com o objetivo de compreender a proximidade entre as políticas adotadas no município de Maricá (RJ) e os conceitos observados na literatura. A compreensão da economia solidária enquanto fenômeno permite que seu direcionamento para o enfrentamento à pobreza e ao desemprego seja entendido dentro de seu conceitual teórico. A institucionalização da economia solidária enquanto política pública possibilita a combinação de diferentes ações que culminam na constituição de um Estado de bem-estar local baseado na pluralidade de princípios econômicos. As políticas públicas municipais de Maricá são pioneiras, portanto, à medida em que o governo local estimula o funcionamento de uma economia plural.

Palavras-chave: economia solidária; pluralidade econômica; desenvolvimento local.

ABSTRACT

In this study we explored the theoretical and practical conception of the solidarity economy in order to understand the proximity between the policies adopted in the municipality of Maricá (RJ) and the concepts observed in the literature. Understanding the solidarity economy as a phenomenon allows us to understand its approach to tackling poverty and unemployment within its theoretical concept. The institutionalization of the solidarity

economy as a public policy makes it possible to combine different actions that culminate in the constitution of a local welfare state based on a plurality of economic principles. Maricá's municipal public policies are pioneering, therefore, in that the local government encourages a plural economy to operate.

Keywords: solidarity economy; economic plurality; local development.

Classificação JEL: H75; I38; P49

I. INTRODUÇÃO

À luz dos desafios colocados pelos distúrbios econômicos contemporâneos, mais especificamente o desemprego e a desigualdade de renda, intrínsecos ao funcionamento de uma economia capitalista, podemos identificar uma variedade de instrumentos de enfrentamento disponíveis para os formuladores de políticas públicas. A variedade desses instrumentos oscila de acordo com as instâncias de governos, suas localidades, suas origens, suas orientações políticas e ideológicas, entre outros fatores, de maneira que a justificativa da adoção de determinadas políticas depende também dos diferentes objetivos perseguidos. Sob esse cenário, as políticas públicas voltadas para o fomento da economia solidária surgem como uma possível alternativa a esses formuladores.

A economia solidária, por sua vez, detém a peculiar capacidade de operar não só com o propósito imediato de melhoria das condições materiais de sobrevivência, através da geração de trabalho e renda sob o compromisso de reinserção produtiva, mas também possui a capacidade de funcionar como uma ferramenta de edificação de uma nova forma de sociabilidade. Ao unir os esforços para combater a pobreza e as desigualdades sociais com o simultâneo enfrentamento à desarticulação dos laços comunitários que se intensificaram com a dominância da economia de mercado, é possível vislumbrar uma nova forma de sociabilidade baseada em novos valores e abordagens com relação ao trabalho, ao consumo, à produção e ao outro (FRANÇA FILHO; DZIMIRA, 1999; SINGER, 2002).

A intensificação das consequências sociais do desenvolvimento do capitalismo contemporâneo movimentou diversos gestores públicos a adotarem políticas de fomento à economia solidária no plano municipal brasileiro. Ainda que a adoção dessas políticas tenha variado ao longo dos

anos, perdendo e ganhando forças em diversos momentos, a adoção pelo Governo Federal, em 2003, e a observação das experiências remanescentes em alguns estados e municípios permitem levantar duas questões. Por um lado, a capacidade de enfrentamento e a proposição de soluções à continuidade e à perpetuação das mazelas sociais geradas pela economia capitalista parece escapar ao escopo da chamada economia social. Por outro, a sobrevivência da própria economia solidária durante esses anos lhe dá validação enquanto alternativa válida, sendo, via de regra, originária da própria sociedade (FRANÇA FILHO; LAVILLE, 2004).

Contudo, essa persistência no tempo não está livre de alguns questionamentos e adaptações. Ao internalizar um conceito tão amplo e complexo no rol de políticas públicas, os governos municipais estão sujeitos a instrumentalizar suas iniciativas, com a possibilidade de, frequentemente, desfigurarem os princípios centrais da economia solidária em nome de medidas sociais e econômicas mais práticas e resultados políticos mais imediatos. Entende-se, portanto, que possa haver certa tendência de adoção do ferramental solidário enquanto se isolam os seus princípios mais fundamentais (FRANÇA FILHO; LAVILLE, 2004).

Ao se observar o aparecimento e o crescimento das políticas municipais de fomento à economia solidária nos municípios fluminenses de Niterói e Maricá, questionou-se o quão próximas dos conceituais solidários estão, de fato, essas políticas. O objetivo deste trabalho, portanto, foi compreender a proximidade entre as ações adotadas dentro desses programas municipais com os ideários de economia solidária observados nas definições e nas demais experiências solidárias. Optou-se por abordar exclusivamente o município de Maricá devido ao fato de que as políticas solidárias implementadas no município precederam em quase uma década as políticas adotadas em Niterói. Isso possibilitou a observação das particularidades e das formas que o processo de implementação assumiu, oferecendo maior clareza para as interpretações das experiências. A experiência de Maricá se destaca das demais devido ao seu tamanho, pioneirismo e ao modelo adotado, que contou com um amplo e decisivo apoio da administração pública municipal.

Para além desta introdução, o artigo está dividido em mais quatro seções. Na segunda seção, à luz da literatura sobre o tema, é feita uma

tentativa de conceituação da economia solidária, apresentando algumas das suas possibilidades de definição. Na terceira, buscamos apresentar a trajetória de evolução da economia solidária até o momento em que ela se oficializa enquanto política pública. Destaca-se, nessa apresentação, a institucionalização da economia solidária feita pelo Governo Federal, ocasião importante para a propagação dessas políticas ao redor do país. A quarta seção trata da experiência prática das políticas municipais de fomento à economia solidária no município de Maricá, apontando, sempre que possível, as convergências e divergências entre as ações praticadas e as definições apresentadas. Por fim, a quinta e última seção conclui o trabalho com as considerações finais.

II. UMA OUTRA ECONOMIA

Na tentativa de elaborar uma conceituação do que se entende por economia solidária, vale apontar que a denominação expressa muito mais uma diversidade de organizações econômicas e experiências sociais do que algo bem concebido e imutável. De tal forma, mostra-se relevante partir da diferenciação desses modelos baseados na solidariedade para o modelo de organização econômica baseado na competição, alicerce do sistema capitalista. No entanto, as experiências práticas de economia solidária, em razão de suas características dialéticas e materiais, têm suas definições manifestadas dentro das suas próprias condições de existência, sendo inoportuno desclassificar uma ou outra experiência por não possuir ou manifestar todas as características abordadas. A singularidade da economia solidária reside, sobretudo, na sua compreensão essencialmente enquanto fenômeno.

Partimos, então, do entendimento que o modelo de organização baseado na competição entre os agentes gera, de maneira inerente ao seu funcionamento, desigualdades sociais e econômicas atreladas ao próprio processo de competição. Adiante, à medida em que esse processo se consolida e intensifica seu resultado, a desigualdade tende a se tornar cada vez mais enraizada. Ao gerar desigualdades, o sistema competitivo funciona num movimento de retroalimentação, onde a própria desigualdade gerada

por uma etapa competitiva se materializa em novas barreiras a serem superadas na etapa posterior (SINGER, 2002). Esse mesmo mecanismo foi denominado poder social convencional, através do qual os resultados observados são decorrentes de um equilíbrio evolutivo discriminatório, de forma que a estrutura das interações sociais desiguais anteriores impacta os resultados das interações posteriores e “determinam a atribuição de papéis sociais de uma forma que favorece os grupos já dominantes” (ARNSPERGER; VAROUFAKIS, 2003, p. 179).

Em contraposição, a economia solidária sugere um modo de produção e reprodução social calcado não mais na competição, mas na solidariedade entre os agentes envolvidos. Na concepção de Singer (2002), a promoção de uma sociedade mais igualitária demandaria a substituição da competição predatória pelos diferentes mecanismos de solidariedade presentes nas organizações sociais. Essa solidariedade pode ser compreendida como uma predisposição de um indivíduo ser generoso com um outro grupo de pessoas, única e exclusivamente, por se identificar com uma condição específica, comum, desse grupo. O potencial indutor da solidariedade está, portanto, no fato desse grupo compartilhar de uma mesma situação adversa. A solidariedade, dessa maneira, não está relacionada à expectativa de recompensa das ações individuais, mas, pelo contrário, se opõe frontalmente ao utilitarismo metodológico no qual se baseia o capitalismo (ARNSPERGER; VAROUFAKIS, 2003; SINGER, 2002).

A construção de uma sociedade mais harmônica através da solidariedade pode ser compreendida também pelas concepções do viver em conjunto e do bem-viver. Essas concepções ressaltam a importância da coletividade e das interações sociais para a promoção do bem-estar social em detrimento do avanço do individualismo. O próprio conceito de bem-estar, por sua vez, passa a ser fundamentado para além da questão material, sendo considerado também um bem-estar subjetivo. A inserção da coletividade na economia solidária traduz um movimento de produção de subjetividades coletivas e reconstrução e consolidação dos laços sociais comunitários, que foram perdidos sob o capitalismo (VERONESE, 2009).

Outra interpretação possível da economia solidária está na concepção de uma economia plural. Sob essa perspectiva simbólica, os princípios de

reciprocidade e redistribuição compartilham o cenário econômico e social com o princípio do mercado. Esses princípios são apresentados por Polanyi (2021), segundo o qual apenas na modernidade recente que o princípio de mercado, manifestado na economia autorregulada, se sobrepôs e se autonomizou em relação ao restante da sociedade. Em direção oposta, uma economia plural pressupõe uma organização na qual tanto a economia quanto o princípio de mercado não são dotados, respectivamente, de uma autonomia em relação à sociedade e aos outros princípios, mas compartilha uma dinâmica interativa com eles. A economia solidária, então, se define não só como uma pretendente alternativa ao capitalismo, mas, além disso, como uma alternativa inevitavelmente anticapitalista, no sentido de rejeitar a predominância da economia de mercado sobre outras formas possíveis de organização social (LISBOA, 2005).

Essa compreensão se posiciona como uma crítica ontológica à forma como opera a economia de mercado. Essa última subverte as compreensões simbólicas e os valores da sociedade, transformando-os em meros mecanismos voltados para a reprodução da vida material. A dimensão simbólica sob a economia capitalista suprime as possibilidades e a diversidade organizacional, restando à coletividade uma única possibilidade de reprodução social, fundamentada na produção de bens materiais e no consumo. É exatamente nessa fresta que se enquadra a economia solidária. Para os seus adeptos, o funcionamento econômico deve se submeter às demandas de reprodução do ser social, permitindo questionar o porquê produzimos da forma como produzimos e quais são valores da vida em sociedade que estão sendo suprimidos para dar lugar a forma de produção capitalista. A economia solidária implica “uma mudança civilizacional, outro sistema de mediações, a partir da interação da sociedade com a natureza, da redefinição emancipatória da divisão do trabalho e do próprio trabalho” (CORAGGIO, 2014, p. 25).

Dessa perspectiva surgem conceitos no seio das experiências solidárias que reforçam a constante interação da economia com as outras esferas da vida em sociedade. Este é o caso, por exemplo, da “democracia econômica”, que mobiliza a ideia de participação política e presume uma maior interação dos trabalhadores dentro do processo decisório dos empreendimentos. Em outras interações, manifestam-se algumas implicações na psicologia social

e na constituição dos sujeitos, onde a realização do sujeito na dinâmica do trabalho solidário assume características diversas. A possibilidade de existir coletivamente através da dimensão econômica possibilita a realização dos sujeitos nas diversas esferas da vida em sociedade. Essa dinâmica contribui para frear a objetificação e a despersonalização dos vínculos econômicos e sociais (FRANÇA FILHO; LAVILLE, 2004; VERONESE, 2009).

III. DA LUTA POLÍTICA À POLÍTICA PÚBLICA

O surgimento da economia solidária se deu sob iniciativas cooperativas e associativas que emergiram na esteira da primeira revolução industrial, destacadamente na Grã-Bretanha. O impulso para o movimento foi dado pelo cenário de crescente empobrecimento da população britânica, resultante da transformação social e econômica decorrente da revolução nas técnicas de produção (SINGER, 2002). As primeiras aparições desses movimentos foram organizadas como instâncias de reflexão e discussão sobre os problemas vigentes na transição da economia mercantil para a economia industrial. Direcionadas para a promoção de uma sociabilidade mais democrática e horizontal, essas movimentações articulavam ideários de justiça social e econômica, reivindicando, inclusive, a possibilidade dos próprios organizados estarem à frente do processo de produção. Essa caracterização essencialmente política no surgimento das cooperativas acompanhou todo o decorrer do amadurecimento das experiências de economia solidária (FRANÇA FILHO; LAVILLE, 2004).

No entanto, a consolidação dos Estados de bem-estar social no decorrer do século XX enfraqueceu a capacidade de mobilização e engajamento da economia solidária. A garantia de direitos trabalhistas para os assalariados, a organização da estrutura de proteção social para os trabalhadores e o fortalecimento dos sindicatos organizados puseram em segundo plano o objetivo de superação do capitalismo por parte dos principais movimentos dos trabalhadores. O desenvolvimento deste novo cenário mudou a perspectiva de luta das organizações. O objetivo passou a ser, então, assegurar os novos direitos conquistados e preservar os postos de trabalho existentes (SINGER, 2002). Essa mudança provocou, junto

a uma queda no interesse na economia solidária, uma transformação no interior das cooperativas. Pôde-se observar com mais frequência o emprego do assalariamento dentro das próprias cooperativas à medida em que os próprios trabalhadores passaram a associar o trabalho assalariado como um sinônimo de cidadania social, resquício ainda presente na cultura moderna do trabalho (GOMES, 2005). Ao surgir uma classe operária que tomou como padrão o pleno emprego das forças de produção, deixou-se de lado o questionamento do salário como mediador social e do lucro como mediador produtivo. Nesse momento, os princípios da economia solidária foram flexibilizados, adaptados, frente a um cenário de atenuação da luta de classes no seio do desenvolvimento capitalista (SINGER, 2002).

Somente após as crises econômicas das décadas 1970 e 1980, com o advento do que se denominou neoliberalismo, houve uma reversão no movimento da economia solidária. O enfraquecimento dos sindicatos e a contínua flexibilização do mercado de trabalho – pondo incerteza sobre a manutenção dos direitos trabalhistas outrora conquistados – gerou novamente uma massa significativa de desempregados e contribuiu diretamente para a precarização dos postos de trabalho remanescentes. Houve, com isso, uma espécie de reinvenção da economia solidária, dentro da qual observamos não apenas o retorno desse modo de organização do trabalho, mas também o resgate e adaptação de seus princípios mais fundamentais (SINGER, 2002). A crise econômica foi brevemente apresentada acima e está relacionada à introdução de novas tecnologias, novas formas de produção, internacionalização e terceirização do trabalho e da produção. Sob essa transformação, houve uma retração da demanda simultânea ao aumento da concorrência, intensificado pela entrada de novos agentes produtores e comerciais no mercado internacional ou, em termos schumpeterianos, um novo ciclo econômico induzido por uma destruição criativa (FRANÇA FILHO; LAVILLE, 2004).

No entanto, essa crise não se restringiu à esfera econômica da sociedade. Por outro lado, há o que França Filho e Laville (2004) compreendem como uma crise de valores, que é resultante das transformações observadas na sociedade através das contradições existentes na atuação do Estado de bem-estar social. Essa crítica carrega um questionamento sobre a viabilidade do modelo de crescimento econômico

pautado no consumo de massa e sobre a possibilidade de realização do ser social no ter, em termos quantitativos. Essa crise coloca em dúvida o mero crescimento econômico como proxy da qualidade de vida da população e gesta as reivindicações dos movimentos ecológicos, feministas e estudantis que florescem na década de 1970. Ao se virar para o Estado de bem-estar social, essa crítica questiona a possibilidade de sociabilidade sob o capital, tal como os movimentos cooperativistas no século anterior. A regulação da sociedade realizada pelos Estados de bem-estar social, em tentativa de substituir a regulação empreendida pelo mercado, representou a elevação do interesse coletivo sobre o individual. Entretanto, a regulação estatal da sociedade mostrou-se incapaz de criar relações comunitárias e coletivas portadoras da solidariedade e de conter o processo de desarticulação dos laços sociais, ainda que tenham sido satisfatórias e bem sucedidas as suas ações no campo da economia social.

Dado esse cenário, o processo de institucionalização da economia solidária não pode ser compreendido sem levarmos em consideração as contradições inerentes à atuação do Estado na criação e regulação dos laços sociais. Se tomarmos por hipótese que a atuação do Estado, por sua vez, é incapaz de criar essas redes de solidariedade, estaríamos condenando as experiências de políticas públicas de economia solidária ao fracasso, à luz do que entendemos conceitualmente aqui como economia solidária. Nos cabe observar, portanto, se a constituição de um “Estado de bem-estar local” é capaz de superar essas dificuldades. Adotamos, portanto, a hipótese de que é possível o estímulo aos laços sociais e às redes de solidariedade por parte da atuação localizada do Estado.

Vale lembrar que essa institucionalização da economia solidária se apresenta dentro de um movimento mais abrangente de “tratamento social do desemprego”, que procurava viabilizar o enfrentamento público das questões sociais a partir da integração econômica da parcela da população excluída do mercado de trabalho. Um dos principais conflitos surgidos nesse processo consiste no risco de instrumentalização das experiências de economia solidária. Apesar da importância do apoio do Estado, alguns dos componentes fundamentais de identificação da economia solidária, como sua autonomia, correm o risco de serem flexibilizados e perdidos no decorrer desse processo (FRANÇA FILHO; LAVILLE, 2004).

No Brasil, esse processo foi institucionalmente associado ao Ministério do Trabalho e do Emprego (MTE), sendo a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) criada em 2003, instituída pelo decreto presidencial nº 4.764, de 24 de junho do mesmo ano. O momento de institucionalização da economia solidária é marcado por uma transformação das formas de lutas políticas empreendidas pelos movimentos sindicais e sociais no Brasil, que buscavam articular a luta social com a inserção econômica da população (Schiochet, 2009). A partir da metade da década de 1990, a intensificação dessas transformações levou à adoção de algumas políticas públicas nas esferas subnacionais que antecederam a própria criação da SENAES. A luta dos movimentos sociais incitava um questionamento à resposta dada pelo Estado à reestruturação do trabalho, muito semelhante à crise de valores mencionada acima. A análise era de que o Estado não tinha capacidade de combater o desemprego apenas pelas vias formais, baseado no método de ação característico do Estado de bem-estar social que priorizava ações passivas. Essas ações não atendiam às necessidades efetivas da população desamparada pelo desemprego e pela informalidade (NAGEM; SILVA, 2013; STAEVIE, 2009).

Antes mesmo de ser instituída a SENAES, já podíamos observar o surgimento de diversas instituições organizadas a partir da sociedade civil que indicariam o crescimento da economia solidária como uma alternativa de organização econômica. Isso evidencia que a criação da SENAES não pode ser compreendida como um ato isolado, ainda que tenha sido um marco histórico para a institucionalização da economia solidária no Brasil. Seu surgimento está diretamente associado ao florescimento das práticas solidárias na sociedade e representa o reconhecimento, por parte do Estado brasileiro de “um processo de transformação social em curso, provocado pela ampla crise do trabalho” (SINGER, 2004, p. 03).

No entanto, uma importante característica do processo de institucionalização da economia solidária pode ser observada a partir da atuação da SENAES. Essa característica é bem apresentada por Schiochet (2009), para quem a economia solidária teria entrado pela “porta dos fundos” na agenda de políticas governamentais. Isto é, “em sua trajetória, estas políticas foram forjando sua identidade no interior de outras políticas [...]. A economia solidária se apresentava como parte de outras políticas [...]

que a precederam na agenda dos governos e do Estado e que a englobaram, e não como uma política específica” (SCHIOCHET, 2009, p. 58). Essa característica estaria relacionada à transversalidade da economia solidária e ao seu funcionamento como uma espécie de auxílio às demais áreas do governo.

Outra complicação está relacionada com a descontinuidade administrativa das políticas públicas. Ainda segundo Schiochet (2009), a questão colocada está na caracterização dessas políticas enquanto políticas de governo e não de Estado, o que enfraquece a sua permanência para além das coalizões políticas conjunturais. Esse problema ficou evidenciado no Brasil durante o segundo mandato da presidente Dilma Rousseff. A mudança da composição de forças do Congresso Nacional e a tomada do poder por grupos políticos conservadores no que diz respeito às políticas sociais, fizeram com que a própria SENAES perdesse o status de Secretaria, passando a exercer um papel institucional ainda mais discreto. Nessas circunstâncias, o fortalecimento de um “ecossistema solidário” pode auxiliar na consolidação da economia solidária na qualidade de um conjunto de demandas originárias da sociedade e, portanto, mais imunes às mudanças institucionais conjunturais.

IV. A SOLIDARIEDADE EM MUMBUCAS

O município de Maricá pode ser considerado um dos mais singulares municípios do Estado do Rio de Janeiro. Desde o ano de 2012, o município é um dos principais beneficiados do modelo de distribuição das rendas petrolíferas no Estado do Rio de Janeiro. Essas rendas petrolíferas permitem ao município de Maricá apresentar a maior receita orçamentária *per capita* do estado, maior, inclusive, do que a capital fluminense (CENPE, 2020). Isso viabilizou a criação e manutenção de um amplo sistema de atuação estatal e sustentou financeiramente as políticas empreendidas desde então. Entretanto, o município de Maricá amarga algumas dificuldades que se acumulam através dos anos.

Um dos problemas diagnosticados reside na caracterização da cidade como uma “cidade dormitório”. Isso significa que uma parte significativa

da atividade econômica da população maricaense acontece nos municípios vizinhos, com ênfase especial na existência de postos de trabalho. Assim, os residentes de Maricá precisariam se submeter diariamente ao movimento pendular de deslocamento, voltando para Maricá apenas ao final do dia. Esse movimento teria como uma de suas principais consequências a baixa intensidade comercial no município, que reforçaria o problema da geração de emprego e circulação da renda (PEREIRA *et al.*, 2020). A partir desse diagnóstico, a Prefeitura de Maricá estabeleceu, em 2013, o Programa de Economia Solidária, Combate à Pobreza e Desenvolvimento Econômico e Social do Município de Maricá.

Em sua instituição, a partir da Lei nº 2.448, de junho de 2013, o Programa estabeleceu como objetivo geral “combater as desigualdades sociais, fomentar o desenvolvimento econômico e social das comunidades e estabelecer meios de atingimento a erradicação da pobreza e a geração de emprego e renda para as camadas mais carentes do município” (MUNICÍPIO DE MARICÁ, 2013). Para alcançar esse objetivo, mobilizaria políticas públicas de fomento à economia solidária; promoveria parcerias públicas e privadas para operacionalização do banco comunitário recém criado, o Banco Mumbuca; utilizaria uma moeda social a ser gerida pelo Banco Mumbuca, a moeda mumbuca; e criaria uma gama de instrumentos viabilizadores da economia solidária no município. A economia solidária em Maricá constituir-se-ia, assim, como uma das três frentes de atuação do Programa, dentro do qual seus objetivos e princípios nos permite compreender as políticas de economia solidária em Maricá de maneira transversal, destacando sua atuação auxiliar às outras áreas de governo.

Nesse cenário, fica explicitada a proximidade das políticas de fomento à economia solidária com a preocupação do desenvolvimento socioeconômico local. Podemos, assim, afirmar que o processo de institucionalização da economia solidária em Maricá se coloca dentro de uma estratégia de desenvolvimento local, sob uma concepção de desenvolvimento com enfoque territorial, assim como ocorre em outros municípios no Brasil. Esse modelo de desenvolvimento coloca no centro do debate as potencialidades e particularidades locais, atribuindo ao poder local e às lideranças comunitárias a responsabilidade por um modelo de desenvolvimento econômico que respeite e preserve a cultura

e a identidade local. Quando essas potencialidades locais se materializam no âmbito econômico elas, em tese, viabilizam um processo endógeno de crescimento, que assume um caráter específico do próprio lugar (MELO, 2017; MAGNO *et al.*, 2022).

Esse modelo endógeno de desenvolvimento pode assumir variadas formas conforme as próprias especificidades econômicas locais. Em Maricá, no entanto, a força motriz do modelo reside na atuação econômica do governo municipal que, potencializado pelos recursos financeiros extraordinários, opera sob a lógica de um Estado de bem-estar social localmente delimitado. Por isso, a especificidade fenomenológica da experiência de economia solidária em Maricá faz com que haja uma interseção vistosa entre os princípios de economia solidária com os mecanismos de funcionamento característicos de um sistema de seguridade social. Nesse caso, tanto a economia solidária funciona como um instrumento para a promoção do bem-estar social, quanto o inverso é igualmente verdadeiro. As políticas empreendidas estão estruturadas a partir de quatro eixos fundamentais: i) fomento aos empreendimentos coletivos e solidários; ii) educação popular; iii) transferência de renda; e iv) soberania alimentar (PEREIRA *et al.*, 2020).

Dentro do eixo de fomento aos empreendimentos econômicos e solidários, a Prefeitura de Maricá busca incentivar a criação e manutenção dos empreendimentos solidários organizados através do cooperativismo. Dentre os instrumentos de apoio, destaca-se o Banco Mumbuca. Formalmente denominado Banco Comunitário Popular de Maricá, o Banco Mumbuca é o principal responsável pela gestão e operacionalização da moeda social. Das nove linhas de crédito do Banco Mumbuca em 2022, seis não cobravam juros sobre a concessão de crédito e as outras três cobravam juros de 1% ao mês que somavam-se aos recursos do Fundo do Banco Mumbuca, aplicados em ações de economia solidária e combate à pobreza (MUNICÍPIO DE MARICÁ, 2013). Para a concessão, em sete linhas o requerente precisava de um aval solidário e em cinco precisava estar organizado num grupo solidário, o que reforça a importância dada às relações sociais estabelecidas na comunidade.

No segundo eixo, a interseção entre economia solidária e educação se constitui como uma das frentes das políticas de fomento à economia

solidária. O eixo da educação popular se materializou no programa Mumbuca Futuro, voltado para a formação de jovens e adolescentes da rede pública de ensino. O programa propõe fomentar uma formação crítica nas questões relativas ao desemprego, precarização das relações de trabalho e relações de produção e consumo. O projeto executado pelo Mumbuca Futuro procura se contrapor à mercantilização da educação e, nisso, se assemelha à contraposição da própria economia solidária à autonomia exercida pelo princípio de mercado na economia capitalista. Além disso, o projeto procura privilegiar, no âmago do processo pedagógico, as relações de aprendizado baseadas nas trocas e na construção coletiva dos saberes, horizontalizando as relações de educador e educando (GONÇALVES; OLIVEIRA, 2021).

O Mumbuca Futuro teve início em 2018 e conta com três pilares de atuação. Além da educação popular voltada para os estudos em economia solidária, o programa conta com um mecanismo de transferência de renda e um mecanismo de fomento aos empreendimentos econômicos e solidários. Em termos de transferência de renda, o programa garante a Renda Mínima Futuro, que paga mensalmente 50 mumbucas aos alunos, condicionada à presença em, pelo menos, 75% das aulas e das atividades extracurriculares desenvolvidas. Além disso, paga 1.200 mumbucas com periodicidade anual, condicionada à aprovação do aluno no ano letivo, que poderá ser sacada de maneira acumulada, mediante: i) discência em nível superior e ii) participação comprovada em cooperativa ou associação, fomentando a participação em empreendimentos solidários (MUNICÍPIO DE MARICÁ, 2017).

A esfera da transferência de renda se constitui como o principal eixo da economia solidária no município. Embora o alinhamento de políticas de transferência de renda com os princípios de economia solidária possa ser contestado, o município de Maricá desenvolveu uma estrutura que, ao hibridizar diferentes instrumentos de atuação sobre a seguridade social, permite compreendermos as políticas de transferência de renda de maneira dialética a partir da ótica da economia solidária. Dentre esses instrumentos, podemos observar o pagamento de uma renda básica através de uma moeda social local, a utilização de um banco comunitário para intermediar o pagamento dos benefícios sociais e a presença de alguns princípios de

renda básica universal nas políticas mais recentes (PEREIRA *et al.*, 2020; MEDEIROS; PIRES, 2021; WALTENBERG, 2021).

Esse eixo surgiu com a implementação do programa Renda Mínima Mumbuca. Inicialmente, o programa pagava mensalmente 70 mumbucas para cada família inscrita no Cadastro Único, desde que a renda familiar não ultrapassasse um salário mínimo. Nessa fase inicial, aproximadamente 400 famílias foram beneficiadas pelo programa (PEREIRA *et al.*, 2020). As primeiras mudanças ocorreram em 2015, quando, primeiro, foi aprovada a criação da Renda Básica de Cidadania, programa de caráter universalista a ser implementado gradualmente que beneficiaria todos os cidadãos de Maricá com ao menos um ano de residência no município. O benefício mensal da Renda Básica de Cidadania era de 10 mumbucas e abrangia cerca de 14 mil beneficiários em situação de vulnerabilidade. Logo depois, o Renda Mínima Mumbuca foi expandido, ampliando a faixa de renda mínima para três salários mínimos e elevando o valor para 85 mumbucas. Além disso, criaram-se mais duas modalidades de benefício: i) o Renda Mínima Gestante, de 85 mumbucas destinadas às mulheres em período de gestação e ii) o Renda Mínima Jovem Solidário, de 100 mumbucas destinadas às pessoas de 14 a 29 anos (PEREIRA *et al.*, 2020; MEDEIROS; PIRES, 2021).

As mudanças posteriores vieram em 2017, quando os valores dos programas de Renda Mínima e da Renda Básica de Cidadania foram atualizados, passando a pagar, respectivamente, 110 e 20 mumbucas. Além disso, foi criado o programa Mumbuca Indígena, que destinava 300 mumbucas aos indígenas pertencentes às aldeias localizadas no município. Em 2019, as expansões do programa Renda Básica de Cidadania passaram a ser prioritárias. O programa absorveu os outros programas de Renda Mínima, passou a assegurar o pagamento de 130 mumbucas, ampliou o cadastramento e passou a contabilizar os indivíduos ao invés das famílias. Desde então, o valor pago considera o número de indivíduos nas famílias. Essas mudanças garantiram o benefício a pouco mais de 42 mil pessoas, caracterizando a Renda Básica de Cidadania de Maricá como o maior programa de renda básica da América Latina (MEDEIROS; PIRES, 2021; WALTENBERG, 2021).

Em decorrência da eclosão da pandemia da Covid-19, a Prefeitura

adotou medidas imediatas de combate às consequências econômicas da crise. Dentre elas, o benefício da Renda Básica de Cidadania passou para 300 mumbucas. Com a permanência da pandemia, a Prefeitura manteve esse mesmo valor até dezembro de 2021, quando passou o valor para 170 mumbucas. Em maio de 2022, o valor do benefício foi reajustado, pagando naquele momento 200 mumbucas para os beneficiários da Renda Básica de Cidadania (MUNICÍPIO DE MARICÁ, 2022).

Como mencionado, associar programas de transferência de renda com o entendimento de economia solidária aqui promovido não é fácil. Enquanto a economia solidária propõe ressignificar aspectos da vida, programas de transferência de renda têm como objetivo principal o alívio imediato da pobreza (BARR, 2012). Nesse sentido, a atuação de um Estado de bem-estar local, como o de Maricá, é prescindível da criação de novos conjuntos de valores. O combate à pobreza e às desigualdades sociais pode ser realizado na esfera da economia social, ainda que sob a égide do capital. No entanto, os programas de transferência de renda podem se aproximar da economia solidária à medida em que internalizam os princípios por trás da universalidade presentes no ideário da renda básica de cidadania. Isto porque, dentre suas motivações e possíveis efeitos, constam, por exemplo, uma maior autonomia dos indivíduos em relação ao trabalho, maior poder de barganha dos trabalhadores, melhorias no bem-estar material e psicológico, além de melhorias na participação comunitária dos beneficiários (BRANCAGLIONE, 2014; MEDEIROS; PIRES, 2021). Essas consequências estão demasiadamente próximas de diversas dinâmicas cobiçadas pela economia solidária. Daí, podemos concluir que as motivações para a adoção de uma renda básica universal escapam à lógica imediata de reparo ao funcionamento da economia mercantil e, portanto, permitem repensar a economia a partir do viés da cidadania.

Por fim, a presença da soberania alimentar no último eixo das políticas públicas de economia solidária em Maricá termina de consolidar a proximidade dessas políticas com os princípios solidários. Um dos principais movimentos promotores da economia solidária no Brasil, o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, participou da criação e implementação, em parceria com a Secretaria Municipal de Economia Solidária de Maricá, do projeto “Hortas Comunitárias”, com o objetivo

principal de promover a reforma agrária na cidade. O projeto teve início na horta pública comunitária do bairro Manu-Manuela e hoje conta com mais uma horta comunitária, a do bairro Cordeirinho. O eixo da soberania alimentar pode ser facilmente compreendido dentro dos princípios da economia solidária por meio da autoprodução, das relações alternativas de propriedade, das relações produtivas familiares e comunitárias, e da operação de relações não predominantes de trabalho.

Podemos notar que o caráter simbólico dessa estratégia de desenvolvimento local combina políticas majoritariamente fundamentadas no princípio da redistribuição, através das ações diretas da Prefeitura, com políticas baseadas no princípio da reciprocidade e da domesticidade, como definidos por Polanyi (2021). A perspectiva do desenvolvimento local permite compreender o conjunto dessas políticas de maneira não excludente, já que todas elas compartilham do mesmo objetivo: a melhora das condições de vida em Maricá. Por um lado, a promoção do desenvolvimento local nos parâmetros apresentados tem a capacidade de se contrapor aos modelos clássicos de desenvolvimento. A inserção da economia solidária nesses modelos locais permite combinar os objetivos de desenvolvimento da economia local com princípios de emancipação humana nas relações comunitárias, mantendo como foco principal os princípios da economia solidária. Por outro lado, ao observarmos a combinação de diferentes princípios do funcionamento econômico, como o da redistribuição, reciprocidade, domesticidade ao lado do princípio de mercado, podemos caracterizar a economia maricaense no campo simbólico, essencialmente, como uma economia plural.

Mais do que contribuir para a consolidação de um ecossistema solidário no município, a Prefeitura de Maricá obtém relativo êxito na estruturação de uma economia sustentada pela coexistência dos diferentes princípios econômicos, com ênfase na importância que o princípio da redistribuição assume. Sendo a especificidade do modelo de desenvolvimento econômico a própria atuação do governo local em prol da consolidação de uma estrutura de segurança e bem-estar social, a Prefeitura de Maricá assume, de maneira ímpar, a vanguarda do processo de consolidação dessas políticas e das instituições que se relacionam com elas.

V. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho buscou executar a complexa tarefa de compreender a dinâmica que a economia solidária assume dentro do Programa Municipal de Economia Popular e Solidária, Combate à Pobreza e Desenvolvimento Sustentável no Município de Maricá. À luz dos conceitos e definições expostos, principalmente, em Singer (2002), França Filho e Laville (2004) e Coraggio (2014), podemos definir a economia solidária de maneira multidimensional, a partir de diferentes percepções de funcionamento. Em primeiro lugar, a economia solidária se define, invariavelmente, em contraposição ao modo de produção vigente na economia capitalista. A economia solidária rejeita, portanto, a elevação do lucro como imperativo máximo da sociabilidade, denuncia a intensificação da exploração e alienação do trabalho e se oferece como alternativa à atomização da sociedade operada pelo neoliberalismo (SINGER, 2002). A primazia dada às relações sociais se contrapõe ao esvaziamento das relações estimulada pela economia capitalista, sob a qual essas relações sociais dão lugar às relações puramente comerciais e mercantis, subtraindo os sujeitos e o reconhecimento do outro no funcionamento econômico (FRANÇA FILHO; DZIMIRA, 1999).

Na combinação dessas novas formas de produção com esse novo conjunto simbólico de valores, a economia solidária tem a capacidade de propor uma nova economia. Essa nova economia se baseia na pluralidade de princípios econômicos, como teorizado por Karl Polanyi (2021) e comporta, de maneira simultânea, os princípios do mercado, da reciprocidade, da domesticidade e da redistribuição. O ponto chave dessa nova economia plural está na antagonização à hegemonização praticada pela economia capitalista, que posiciona o princípio de mercado acima de todos os outros princípios de funcionamento econômico, modelando o comportamento da sociedade, as formas de relação social e a identificação com o outro. A economia solidária gestada sob a concepção de uma economia plural harmoniza os diferentes princípios, propondo formas coletivas e comunitárias de produzir e viver (CORAGGIO, 2014).

No entanto, para além do campo simbólico, ao serem internalizados

no rol de políticas públicas, os instrumentos de economia solidária são mobilizados para o enfrentamento da pobreza e do desemprego, atuando de maneira transversal em colaboração com outras instituições e áreas dentro do próprio governo. No caso nacional, a SENAES esteve submetida à estrutura ministerial do MTE, sendo direcionada para o esforço da geração de emprego e renda nos primeiros anos do governo do Partido dos Trabalhadores (PT). Já no caso maricaense, a economia solidária esteve submetida aos propósitos da estratégia de desenvolvimento local, tornando-se indissociável do Estado de bem-estar local estruturado na economia municipal. As ferramentas de economia solidária, ao mesmo tempo, são utilizadas e se utilizam do sistema de seguridade social em Maricá, caracterizando de maneira muito particular a experiência no município.

Ainda que a edificação de uma nova lógica econômica, propriamente dita, não seja o propósito principal em Maricá, podemos afirmar que as políticas públicas municipais inseridas dentro da lógica de desenvolvimento local são bem sucedidas na criação de uma economia, essencialmente, plural. Isto porque, ao ser inserida dentro de um contexto mais amplo de desenvolvimento local, a economia solidária atua sobre diferentes eixos do funcionamento econômico, sempre organizada pelo fundamento comunitário das políticas do município. Numa compreensão mais ampla, o conceito de comunidade pode ser encontrado nos próprios limites do município, compreendendo que a comunidade em si pode ser expandida para todos os cidadãos maricaenses. Isso permite à Prefeitura de Maricá combinar diferentes instrumentos de políticas públicas orientados pela pluralidade dos princípios econômicos.

VI. REFERÊNCIAS

ARNSPERGER, Christian; VAROUFAKIS, Yanis. Toward a Theory of Solidarity. *Erkenntnis*, v. 59, n. 2, p. 157-188, 2003. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/20013221>. Acesso em 26 ago. 2022.

BARR, Nicholas. *Economics of the Welfare State*. 5ª ed. Oxford: Oxford University Press, 2012.

BRANCAGLIONE, Marcus. *Lições da renda básica em Quatinga Velho: o que se aprende quando não se pede nada em troca*. Joinville: Clube dos Autores, 2014.

CENPE. *Distribuição das rendas petrolíferas entre os municípios fluminenses: impactos nos orçamentos municipais com a eventual mudança nas regras de distribuição*. Rio de Janeiro: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: https://www.mprj.mp.br/documents/20184/540394/relatorio_rendas_petroliferas_mun_20200107.pdf. Acesso em 02 nov. de 2022.

CORAGGIO, José Luis. Una lectura de Polanyi desde la economía social y solidaria en América Latina. *Cadernos Metrópole*, São Paulo, v. 16, n. 31, p. 17-35, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cm/a/QsJjTVsPgTK773hMKsPKTBQ/abstract/?lang=es>. Acesso em 11 mai. 2022.

FRANÇA FILHO, Genauto; DZIMIRA, Sylvain. Economia solidária e dádiva. *Organizações e Sociedade*, Bahia, v. 6, n. 14, p. 141-183, 1999. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaoes/article/view/10397>. Acesso em 12 mai. 2022.

FRANÇA FILHO, Genauto; LAVILLE, Jean-Louis. *Economia solidária: uma abordagem internacional*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

GOMES, Angela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

GONÇALVES, Rayanne de Medeiros; OLIVEIRA, Thais Cristina Souza de. Economia solidária e educação popular: a experiência do Mumbuca Futuro nas escolas municipais de Maricá. *In: Instituto Municipal de Informação e Pesquisa Darcy Ribeiro (org.). Estudos maricaenses: o município de Maricá em debate*. Maricá: Editora IDR, p. 91-106, 2021.

LISBOA, Armando de Melo. Economia solidária e autogestão: imprecisões e limites. *Revista de Administração de Empresas*, São Paulo, v. 45, n. 3, p. 109-115, 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rae/a/3dKPVKmFz>

[NY7XCxc6bgmMjv/?lang=pt](#). Acesso em 12 mai. 2022.

MAGNO, Thaissa Souza do Carmo; VASCONCELLOS, Ana Maria; BARROS, Jones Nogueira; ARROYO, João Cláudio Tupinambá. Economia solidária como estratégia para o desenvolvimento local. *P2P & inovação*, Rio de Janeiro, v. 8, n.2, p. 15-34, 2022. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/194273>. Acesso em 07 nov. 2022.

MUNICÍPIO DE MARICÁ. Lei N ° 2.448, de 26 de junho de 2013. Institui o Programa Municipal de Economia Solidária, Combate à Pobreza e Desenvolvimento Econômico e Social de Maricá. Maricá: Câmara Municipal, 2013. Disponível em: <https://www.marica.rj.gov.br/wp-content/uploads/2013/07/jom-383.pdf>. Acesso em 02 nov. 2022.

MUNICÍPIO DE MARICÁ. *Lei N° 2.652*, de 15 de dezembro de 2015. Institui o Programa Municipal de Economia Popular e Solidária, Combate à Pobreza e Desenvolvimento Sustentável no Município de Maricá. Maricá: Câmara Municipal, 2015. Disponível em: https://www.marica.rj.gov.br/wp-content/uploads/2022/08/lei_2652.pdf. Acesso em 04 nov. 2022.

MUNICÍPIO DE MARICÁ. *Lei N° 2.787*, de 14 de dezembro de 2017. Inclui o art. 17-A, o art. 18-C e o art. 18-D na Lei nº 2.652/2015, de 15/12/2015, que “Institui o Programa Municipal de Economia Popular e Solidária, Combate à Pobreza e Desenvolvimento Sustentável no Município de Maricá”. Maricá: Câmara Municipal, 2017. Disponível em: https://www.marica.rj.gov.br/wpcontent/uploads/2017/12/JOM_819_20-12-2017-corrigido-web.pdf. Acesso em 08 nov. 2022.

MUNICÍPIO DE MARICÁ. *Lei N° 3.153*, de 04 de maio de 2022. Dispõe sobre a atualização do valor do benefício do programa Renda Básica Cidadania instituído pela Lei N° 2.641/2015, e atualizada pela Lei N° 2.869/2019 e pela Lei N° 3.011/2021. Maricá: Câmara Municipal, 2022. Disponível em: https://www.marica.rj.gov.br/wp-content/uploads/2022/05/JOM_1304_04-05-2022.pdf. Acesso em 15 nov. 2022.

MEDEIROS, Jimmy; PIRES, Yuri Teixeira. Exemplo de Maricá: características e limitações de experiências de renda básica no Brasil. *In:*

Instituto Municipal de Informação e Pesquisa Darcy Ribeiro (org.). *Estudos maricaenses: o município de Maricá em debate*. Maricá: Editora IDR, p. 51-68, 2021.

MELO, Nildo Aparecido. Economia solidária, desenvolvimento local e sustentável: novos paradigmas do desenvolvimento econômico? *Caderno Prudentino de Geografia*, Presidente Prudente, n. 39, v. 2 p. 03-23, 2017. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/cpg/article/view/4426>. Acesso em 07 de nov. 2022.

NAGEM, Fernanda Abreu; SILVA, Sandro Pereira. Institucionalização e execução das políticas públicas de economia solidária no Brasil. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, v. 21, n. 46, p. 159-175, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-44782013000200010>. Acesso em 18 de out. 2022.

NAMORADO, Rui. Para uma economia solidária – a partir do caso português. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 84, p. 65-80, 2009. Disponível em: <https://journals.openedition.org/rccs/396>. Acesso em 19 jan. 2022.

PEDRINI, Dalila Maria; OLIVEIRA, Adriana Lucinda de. A economia solidária como estratégia de desenvolvimento. *Emancipação*, Ponta Grossa, v. 7, n. 1, p. 111-133, 2007. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/emancipacao/article/view/89>. Acesso em 07 nov. 2022.

PEREIRA, Amanda Souza do Nascimento; SIQUEIRA, Diego Zeidan Cardoso; SENRA, Lorena Thevénard; COSTA, Nathan Melo. As políticas públicas de economia solidária no município de Maricá/RJ. *Mercado de trabalho: conjuntura e análise/IPEA*, Brasília, v. 70, 2020.

POLANYI, Karl. *A grande transformação: as origens da nossa época*. Rio de Janeiro: Editora ontraponto: 2021.

SCHIOCHET, Valmor. Institucionalização das políticas públicas de economia solidária: breve trajetória e desafios. *Mercado de trabalho: conjuntura e análise/IPEA*, Brasília, vol. 40, p. 55-59, 2009. Disponível em:

<http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/4085>. Acesso em 17 out. 2022.

SINGER, Paul. *Introdução à economia solidária*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

SINGER, Paul. A economia solidária no governo federal. *Mercado de trabalho: conjuntura e análise/IPEA*, Brasília, vol. 24, p. 03-05, 2004. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/5246>. Acesso em 17 de out. 2022.

STAEVIE, Pedro. Políticas públicas e economia solidária: considerações e divergências sobre a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária. *Revista de Políticas Públicas*, São Luís, vol. 13, n. 1, p. 81-88, 2009. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/3211/321127275009.pdf>. Acesso em 17 out. 2022.

WALTENBERG, Fábio Domingues. Alcances e limites das ações de combate à pobreza da prefeitura de Maricá em resposta à crise da Covid-19. *In: Instituto Municipal de Informação e Pesquisa Darcy Ribeiro (org.). Estudos maricaenses: o município de Maricá em debate*. Maricá: Editora IDR, p. 69-90, 2021.